



Bissau

República da Guiné-

I Conferencia Internacional

CPLP- Desenvolvimento Económico e
Erradicação da Pobreza por meio da Agricultura

Uberaba, 13 a 15 de Fevereiro de 2017

Discurso do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Pecuária

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Camara de Comercio e Industria
Brasil e Moçambique...**

Excelentíssimo Senhor Vice-Governador de Minas Gerais,

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Uberaba,

Excelentíssimo Senhor Representante da FAO,

Digníssimos Deputados,

Excelências Senhores Ministros,

**Excelência Senhor Secretario Especial de Agricultura Familiar e do
Desenvolvimento Agrário,**

Ilustres convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores...

Permitam-me em nome do Chefe de Estado e do Governo da Guiné Bissau e em meu nome felicitar a CPLP e seus parceiros por esta feliz iniciativa de organizar esta Primeira Conferencia Internacional, que reúne os principais actores do desenvolvimento agrícola, a volta de um tema fundamental e tão pertinente denominado o “Desenvolvimento Económico e Erradicação da Pobreza por meio da Agricultura”.

Somos, portanto, hoje, convidados a empreender uma leitura comum de nossas experiências diferenciadas nesta área para identificar pistas de acção colectiva e de um engajamento firme. Um compromisso comum de ética e prática para combater a fome e a pobreza que colocam em extrema vulnerabilidade centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

A República da Guiné-Bissau está localizada na costa oeste da África e abrange uma área de 36 125 km². Limita-se a norte pela República do Senegal, a leste e a sudeste pela República da Guiné (Conakry) e a sudoeste e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Um país costeiro situado na zona de transição entre a zona Sahelo-Sudanês e Guiné-Congolês e têm uma notável biodiversidade reconhecida em todo o mundo.

O direito a alimentação é pois parte dos direitos fundamentais da humanidade, definidos em pacto mundial com que todos nós nos comprometemos enquanto estados, com base no pressuposto de que “nenhum desenvolvimento económico se justifica se não for acompanhado do desenvolvimento social”.

Nesta perspectiva, espero que, na formulação desses compromissos, os Estados se inspirem na convicção de que o direito à alimentação só será garantido se nos preocuparmos com o sujeito real, ou seja, com a pessoa que sofre os efeitos da fome e da desnutrição.

É pois nossa convicção que o espaço CPLP pode de uma forma global e multifuncional dar um alento a si próprio na luta contra a pobreza e insegurança alimentar contribuindo de uma forma substantiva no melhoramento do quadro de vida das populações.

Alias os temas diversos que vão ser abordados durante os 3 dias no âmbito destas Conferencia permitirão sem dúvidas ampliar horizontes face as possibilidades de obtenção de renda e ao trabalho digno, como condição para a alimentação.

A África Subsariana na qual a Guiné Bissau faz parte, registou mais de 10 anos de crescimento económico estável. Muitos países experimentaram um alto crescimento por vários anos, com cerca de um terço crescendo 6% ou mais anualmente. No entanto, a maioria das economias de crescimento mais rápido está centrada na produção extractiva de recursos naturais: petróleo e / ou minerais, com uma contribuição reduzida do sector agrícola ao longo do tempo. Assim, o crescimento económico está ocorrendo cada vez mais fora do sector agrícola, no qual, paradoxalmente, a maioria da população vive e obtém seus meios de subsistência.

Em Junho de 2014, na Cimeira da União Africana na Guiné Equatorial, os Chefes de Estado Africanos comprometeram-se a acabar com a fome até 2025, juntamente com a Iniciativa "Fome Zero" da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A Guiné Bissau é membro das três principais Organizações Intergovernamentais regionais a saber: a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e o Comité Inter-Estado de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS), que têm desenvolvido várias iniciativas de apoio à segurança alimentar e nutricional na sub-região com o apoio dos parceiros e atores não-estatais.

Em conformidade com o prazo de 2015 estabelecido para a consecução das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a África Subsariana realizou alguns progressos no sentido de reduzir para metade a proporção da sua população que sofre de fome. O avanço tem sido particularmente notável na África Ocidental, que reduziu com sucesso em 63 por cento a proporção de sua população que sofre de fome; A proporção caiu de 24,2 por cento em 1990-92 para 9 por cento em 2014-16.

A África Ocidental fez progressos significativos, tendo reduzido o número de pessoas sub-nutridas em cerca de 13 milhões no mesmo período, apesar de um crescimento populacional significativo e secas recorrentes nos países do Sahel.

Ainda assim, milhões de famílias africanas sofrem de pobreza, desnutrição e insegurança alimentar e, portanto, não são capazes de maximizar seu potencial e aumentar as contribuições que elas fazem para suas famílias e comunidades.

O Censo Geral de População e Habitação realizada em 2009 dá uma população total de 1.449.230, com uma taxa de crescimento de 2.54 por cento e uma proporção alta (50.2 por cento) de jovens (idade média de 22 anos) e uma maioria feminina (51.4 por cento mulheres versus 48,6 por cento de homens).

A pobreza na Guiné-Bissau é predominantemente rural, com cerca de 75% dos pobres vivendo fora da capital Bissau. Quanto à pobreza urbana, sua incidência é exacerbada pela alta concentração da população em Bissau, onde a densidade é de 3.000 habitantes por km²; Manifesta-se sob a forma de dificuldades no acesso a habitação digna, desnutrição, qualidade de educação, serviços de saúde e saneamento.

Em termos de segurança alimentar e nutrição, 29 por cento dos agregados familiares rurais são afectados pela insegurança alimentar: 5 por cento afectados pela insegurança alimentar grave e 24 por cento pela insegurança alimentar moderada (FAO, PAM e Plano 2013).

Apesar das condições edafo-climáticas e potencialidades agro-silvo-pastoris e recursos haliêuticos de que dispõe, a situação alimentar actual da Guiné-Bissau é globalmente precária tendo como a pobreza a causa primária da insegurança alimentar; ela, é mais preponderante em zonas rurais onde vivem cerca de 75% da população.

Para fazer face a esta situação de grande fragilidade do país o Governo através do Ministério da Agricultura, Floresta e Pecuária , se engajou em materializar as políticas e estratégias consagradas na Carta Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA), cujos principais eixos programáticos estão traduzidos no Programa Nacional de Investimento Agrário (PNIA) decorrente do Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PDDAA), alinhando-se assim com o resto do continente africano no desenvolvimento de uma agricultura susceptível de garantir a segurança alimentar e nutricional da nossa população, assim como a preservação dos ecossistemas que passa pela adopção de sistemas de produção agrícolas mais sustentáveis.

Entretanto as mudanças climáticas sendo uma realidade actual irrefutável suscitam graves problemas para agricultura e segurança alimentar mormente nos países em vias de desenvolvimento. Elas fazem recuar os nossos horizontes de planificação uma vez que exercem um impacto directo sobre a produção alimentar modificando as condições agro-ecológicas e com efeitos indirectos sobre o crescimento e a partilha de rendimentos.

A economia do nosso país, ainda continua a ser confrontada com fortes contrariedades estruturais, marcadas pela fraca diversificação da economia, fraca mobilização de recursos internos, falta de dinamismo do sector privado e fraco desenvolvimento do capital humano. Necessita de uma reestruturação profunda para criação de um contexto favorável para realização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a redução sensível da pobreza.

Em consequência, uma abordagem rigorosa da reconstrução e diversificação da economia se impõe para permitir atacar de forma sustentada a luta contra a pobreza e a realização dos ODS que são uma exigência para a dignidade da população guineense, e um objectivo a atingir, mas também um meio para o desenvolvimento do capital humano, sem o qual o crescimento e a redução da pobreza, não podem ser uma realidade.

A nossa política e estratégia para garantir a segurança alimentar e estabilizar os mercados agrícolas reside no aumento da produção e pela valorização dos produtos agrícolas pela transformação e comercialização, assim como, a criação de stocks de reserva como determinante da "segurança nacional", para tentar assegurar um abastecimento regular de géneros alimentícios a preços estáveis para a nossa população. Esta política

tem o objectivo de proteger o mercado nacional de produtos agrícolas aos caprichos do mercado mundial, para o bem do país e do resto do mundo.

O Governo da Guiné-Bissau formulou as duas seguintes estratégias, a saber: (1) Uma estratégia de urgência para fazer face à escassez alimentar, através de fornecimento de sementes melhoradas e insumos agrícolas, (2) Uma estratégia de investimento e de apoio ao reforço das capacidades dos agricultores, das organizações camponesas, assistindo-os na recuperação das bases de produção, nomeadamente, a realização dos ordenamentos hidroagrícolas, na gestão da água, etc.. com vista ao aumento da produção agrícola através do Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA). Com efeito, o programa de investimento agrícola, visa dar a agricultura familiar e ao sector privado e público, meios necessários para uma transformação substancial da nossa agricultura. nesta perspectiva, dois objectivos essenciais são visados; a curto prazo, garantir a segurança alimentar e nutricional e a longo prazo, criar uma economia agrícola durável e rentável.

A transformação qualitativa e quantitativa da agricultura hoje em dia é impossível sem adopção das tecnologias melhoradas e adequadas da produção para assegurar o aumento da produção e produtividade, passando pela mecanização de toda a cadeia produtiva como a condição indispensável para alcançar a segurança alimentar no contexto do nosso país.

A realização desta política, a experiência ensinou-nos que independentemente da adequação da escolha, o sucesso é dependente da qualidade da governação e o grau de apropriação democrática e participativa dos projectos pela população.

O desafio da vulnerabilidade face aos riscos das mudanças climáticas, conjugados aos múltiplos flagelos que ameaçam os nossos espaços e as nossas produções agrícolas, tal como o perigo de predadores de culturas, torna-se necessário, na verdade, a implementação de novas estratégias para a gestão conjunta de riscos e de valorização de recursos. Também diz respeito a protecção do meio ambiente e a salvaguarda dos ecossistemas agrícolas, florestais e pastoris, que incentivam a uma apropriação efectiva dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Por isso, acreditamos que a questão agrícola constitui uma dimensão internacional e multilateral evidente. O comércio deve ser uma alavanca de desenvolvimento e, que desse facto, nós somos obrigados, todos os países de Sul e de Norte, a alcançar uma reflexão comum, no seio das instâncias internacionais competentes, para uma ordem internacional agrícola

equilibrada e viável e pelos instrumentos regulamentares e da solidariedade que permitam a cada um de levar a sua política agrícola e tirar proveito de suas vantagens comparativas.

A paz, justiça social e boa governação são igualmente factores importantes para garantir que essa estratégia contribua efectivamente para acabar com a pobreza e a fome nos nossos países.

O Governo da Guiné-Bissau não hesitou em definir a agricultura como uma das prioridades e aumentar as despesas públicas para o desenvolvimento do sector agrícola, a fim de atingir 6% de crescimento agrícola preconizado em 2003 na cimeira dos Chefes de Estados e dos Governos, em Maputo, Moçambique. Todavia, o sector agrícola sofre de insuficiências estruturais que prejudicam o seu desenvolvimento integral. A falta de infra-estruturas e a pobreza dos meios rurais travam a diversificação da produção primária.

A nossa ambição é que esta globalização também pode oferecer novas oportunidades para o desenvolvimento agrícola para as nossas economias. Tais oportunidades terão de emergir através da partilha e divulgação de conhecimentos e de progresso científico e tecnológico, em matéria incluindo a agricultura biológica, segurança alimentar e técnicas de melhoria de produtividade. Serão também através da expansão real do acesso aos mercados e com a eliminação das novas formas de barreiras ao comércio de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento.

Temos de transformar as nossas comunidades rurais, para que possam gerar empregos, condições dignas de vida e oportunidades decentes. Só assim é que os nossos países podem desfrutar de um crescimento equilibrado e que os três mil milhões de pessoas que vivem em áreas rurais possam expressar seu potencial.

Precisamos de nossas zonas rurais. E, como as nossas cidades crescem, teremos ainda mais necessidade. Precisamos deles, a fim de produzir alimentos, e para a manutenção de ecossistemas que contribuem na purificação da água e ar. Nossas cidades não podem ser saudáveis se nossas zonas rurais não são.

Nós não precisamos de outras migrações de campos ou aldeias para as cidades. Nós não precisamos de grandes cidades com favelas maiores!

Mas precisamos de uma transformação das zonas rurais, a fim de alcançar uma distribuição mais equilibrada de empregos, oportunidades e de riqueza entre as áreas rurais e urbanas.

O interesse pela produção, a disponibilidade de alimentos e o acesso a eles, as mudanças climáticas, o comércio agrícola, devem certamente inspirar regras e medidas técnicas, mas a primeira preocupação deve ser a própria pessoa, aquelas que carecem de alimento cotidiano e que deixaram de pensar na vida, nas relações familiares e sociais e lutam apenas pela sobrevivência

Para terminar esta minha intervenção, aproveito esta singular oportunidade para reiterar os nossos profundos reconhecimentos pela excelente organização prestada e, pelo caloroso acolhimento que nos é reservado pelo Governo em particular e pelo povo brasileiro em geral.

Viva a CPLP,

Viva a solidariedade internacional.

Bem hajam!

Muito obrigado pela vossa amável atenção!

Eng^o Nicolau dos Santos